

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

Objeto: Registro de Preços para a Contratação de Empresa Especializada em prestação/execução de serviços de ressolagem/recauchutagem de pneus diversos e Aquisição de carcaças de pneus diversos, destinados aos veículos da Frota Municipal.

EXTRATO DE JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA AOS TERMOS DO EDITAL

De posse da **impugnação** apresentada pela empresa impugnante **DENIPOTTI & DENIPOTTI COMÉRCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA**, procedeu-se à análise das razões argüidas pela mesma, entendendo o Pregoeiro, a princípio, ser necessária a remessa dos autos para a Assessoria Jurídica desta Prefeitura, para que a mesma se manifestasse quanto ao **provimento** ou **não da impugnação ao edital** levando-se em conta os pontos abordados pela impugnante. Esta manifestou-se no seguinte sentido:

I – DOS FATOS

1. Trata o presente de consulta elaborada pelo senhor Presidente da Comissão de Licitação, onde o mesmo requer a elaboração de parecer jurídico relativo ao provimento ou não da Impugnação ao Edital protocolado pela empresa DENIPOTTI & DENIPOTTI COMERCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA.

2. Passo a opinar.

II – DO PARECER

3. O requerente protocolou uma impugnação ao edital, tempestiva, alegando, em síntese que o edital no item 6.1.4.2 exige uma declaração da licitante do registro de serviços de reforma da unidade reformadora junto ao INMETRO conforme portaria 444/2010 e 272/2008, ambas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior. Todavia, aduz o requerente que esta portaria foi revogada e substituída pela Portaria n. 554/2015, que disciplina que a certificação do INMETRO somente é exigida para pneus de passeio e para pneus de carga. Sendo assim a ressolagem para pneus de máquinas e agrícolas não necessita de tal certificação.

4. Analisando as alegações da requerente, entende que a mesma assiste razão, vejamos: em pesquisa as Portaria do Inmetro, comprovamos que a Portaria 444/2010 foi revogada pela Portaria 554/2015:

Art. 23 – Revogar a Portaria Inmetro n. 63, de 20 de Fevereiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 27 de Fevereiro de 2004, seção 01, página 78; Portaria Inmetro n. 227/2006, a Portaria Inmetro n. 272/2008, a Portaria Inmetro n. 444/2010, a Portaria Inmetro n. 19, de 18 de Janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 20 de Janeiro de 2012, seção 01, página 61, e a Portaria Inmetro n. 462, de 20 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2013, seção 01, páginas 713 a 714, no prazo de 36 meses após a publicação deste instrumento legal. Grifo nosso

5. Sendo assim, por seguinte, analisaremos a Portaria 554/2015 para determinar se a mesma exige ou não a Certificação do Inmetro para pneus de máquinas e agrícolas.

Art. 3 – Determinar que todo pneu, abrangido pelo Regulamento ora aprovado, deverá ser reformado, distribuído e comercializado, de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança, independentemente do atendimento integral aos requisitos estabelecidos neste regulamento.

§1º O Regulamento ora aprovado se aplica aos serviços de reforma de pneus para automóveis, camionetas, caminhonetes, veículos comerciais, comerciais leves e seus rebocados.

§2º Excluem-se do regulamento ora aprovado os serviços de reforma de pneus que são utilizados exclusivamente fora de vias públicas, como equipamentos agrícolas, equipamentos destinados a mineração, construção civil, empilhadeiras, veículos elétricos de circulação interna, veículos militares, veículos de competição, motocicletas, motonetas, ciclomotores, bicicletas e similares.

Portanto, estando os itens 6 a 14 do Lote 01, enquadrados no §2 do art. 3, ou seja pneus utilizados exclusivamente fora de vias públicas não é necessário a certificação do INMETRO.

6. No tocante ao critério de julgamento escolhido, deverá o setor requisitante ser consultado para justificar a escolha por lote ou alterar para item, conforme seu entendimento.

III – DA CONCLUSÃO

7. Por todo o exposto, com relação a Impugnação ao Edital, opino pelo PROVIMENTO PARCIAL da mesma, ou seja, a certificação do INMETRO não deverá ser exigida para reforma de pneus utilizados exclusivamente fora de vias públicas. E, quanto ao critério de julgamento que o setor requisitante seja consultado.

Continuando a análise da **impugnação** apresentada pela empresa impugnante **DENIPOTTI & DENIPOTTI COMÉRCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA**, procedeu-se à análise das razões argüidas pela mesma, entendendo o Pregoeiro, ser necessária a remessa dos autos também para o setor requisitante, tendo em vista que as algumas matérias apontadas na impugnação, referem-se às questões plenamente técnicas, que fogem à área de sua atuação, para que o mesmo se manifestasse, no sentido de esclarecer a necessidade ou não de adequações ao Edital, levando em conta o ponto abordado pela impugnante. Em resposta, o **Diretor da Garagem Municipal**, setor requisitante, enviou o **Ofício nº 04/Ga/2017**, e assim se manifestou: “... *Cumprir informar, que no critério referente a lote a administração da garagem municipal irá manter o critério de lotes da seguinte forma, lote 01 – serviços de ressolagem de pneus de carga, lote 02 – serviços de ressolagem de pneus agrícolas, lote 03 – serviços de ressolagem de pneus de máquinas e lote 04 – aquisição de carcaças de pneus.*”, manifestação esta, que faz parte integrante do presente processo licitatório.

Em face do exposto, o Pregoeiro, com o devido amparo no **parecer** emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura e no **ofício** resposta à diligência realizada, encaminhado pelo **Diretor da Garagem Municipal**, setor requisitante, **DECIDIU** pelo **deferimento parcial** da impugnação apresentada pela empresa impugnante, procedendo-se às devidas adequações no Edital, nos termos apontados pela Assessoria Jurídica da Prefeitura e pelo setor requisitante, sendo tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie.

Proferida a presente decisão e nada mais tendo a ser julgado pelo Pregoeiro, o mesmo ordenou a publicação do **Edital nº 03/2018 Rerratificado** da Licitação, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em Jornal de ampla circulação no Estado de São Paulo e na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: www.bebedouro.sp.gov.br, ordenando ainda a expedição das respectivas notificações via correio “carta registrada”, bem como, via correio eletrônico “e-mail” da empresa requerente e das demais empresas que porventura tenham retirado o Edital da Licitação em referência, comunicando o julgamento e a rerratificação do referido Edital.

Bebedouro, quinze de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

Paulo Eduardo Martins

Pregoeiro

Consoante aos termos da decisão proferida, que adoto como fundamento, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** a r. decisão, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

Bebedouro, quinze de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

Fernando Galvão Moura

Prefeito Municipal